

opinião

Marcos Sidnei Bassi Diretor superintendente
Sérgio Vieira Diretor de Redação

FUNDADO EM 11 DE MAIO DE 1958
Fundadores: Edson Danillo Dotto (1934-1997), Angelo Puga,
Fausto Polesi (1930-2011) e Maury de Campos Dotto

artigo

Por que algumas leis não pegam no País?

O Brasil é País pródigo em leis. Embora não se saiba o número exato delas, levantamentos apontam cerca de 180 mil leis em vigência no País, número impressionante. E todos os anos milhares de novas leis federais, estaduais e municipais são criadas por nossos parlamentares e somam-se àquelas existentes. Por conta do exagerado número de leis sobre todo tipo de assunto, temos o ditado popular de que ‘certas leis não pegam’. Um tanto surreal dizer que certas leis são ignoradas, que se aceita desobediência civil em relação a determinadas normas, afinal, temos leis que ‘pegam’ e outras não. Criação de leis no País esbanja criatividade. Temos lei que diz que crimes ambientais cometidos aos fins de semana e feriados têm pena maior que os cometidos em dias úteis; lei que proibiu o consumo de melancia em Rio Claro, Interior de São Paulo, de 1894 a 1991; lei que multava em R\$ 100 quem fizesse faixas e banners com erros gramaticais em Pouso Alegre, Mi-

nas Gerais, e até lei que delimitava área da cidade de Barra do Garças, Mato Grosso, para a criação de aeroporto interespacial para seres extraterrestres.

E quais são as leis recentes que não ‘pegaram’? Há exemplo bastante forte em 2021. Após intensa campanha, foi aprovada em São Paulo a lei estadual 13.389/21, que proíbe a soltura de fogos de artifício de estampido, por afligir animais, idosos e pessoas com necessidades especiais. Até agora não ‘pegou’ e tivemos grandes queimas de fogos no Réveillon. A mais comentada em 2021 foi a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), que, para proteção de nossos dados pessoais, estabelece procedimentos, direitos e sanções. Parece insuficiente para impedir série de violações de dados. Invasões hackers resultaram no vazamento de milhões de dados dos brasileiros.

De acordo com a consultoria alemã Roland Berger, o Brasil foi o quinto país do mundo em ataques cibernéticos em 2021, com mais de 10 milhões de inva-

sões a sites privados e públicos. O País registrou ataques a inúmeras instituições, entre elas as três grandes empresas: JBS, CVC e Renner. No campo público foi muito pior e ainda sentimos os reflexos do ataque hacker ao site do Ministério da Saúde, que retirou do ar, por mais de dez dias, o aplicativo *ConecteSus*. A LGPD parece estar em teste. Se a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) demonstrar autonomia para fiscalizar e impor sanções, provavelmente a lei ‘pegará’, pois, empresas públicas e privadas serão obrigadas a investir em cibersegurança para garantir a segurança dos dados sob sua guarda, mas, se houver convivência, sobretudo com os serviços públicos, que têm representado o maior volume de vazamento de dados, a lei será questionada.

Francisco Gomes Júnior é advogado especialista em direito digital e crimes cibernéticos e presidente da ADDP (Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor).

EXPEDIENTE

TELEFONES: PABX (11) 4435.8100 • CLASSIFÍCIL 4435.8000 • PUBLICIDADE 4435.8299 • ADMINISTRATIVO 4435.8075

DIÁRIO DO GRANDE ABC
Filiado à APJ

ADMINISTRAÇÃO, PUBLICIDADE E REDAÇÃO
Rua Catequese, 562, Santo André - SP
CEP 09090-400

ATENDIMENTO AO LEITOR
(11) 4435.8010

E-mail:
palavradoleito@dgabc.com.br
E-mail:
assinante@dgabc.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
(11) 4435.8159 e
(11) 4435.8172

VENDA DE ASSINATURA
(11) 4435.8010

E-mail:
telemarketing@dgabc.com.br
De segunda a sexta-feira,
das 8h às 18h

CLASSIFÍCIL
(11) 4435.8000

E-mail:
classificil@dgabc.com.br
De segunda a sexta-feira,
das 8h às 18h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 4435.8010

E-mail:
sac@dgabc.com.br
De segunda a sexta-feira,
das 8h às 18h

BANCAS (JORNALISTAS)
(11) 4435.8108/8010

E-mail:
vendaavulsa@dgabc.com.br
De segunda a sexta-feira,
das 8h às 18h

PREÇO DO EXEMPLAR:
Dias úteis R\$ 2,00
Domingos R\$ 4,00

DIÁRIO ONLINE
4435.8117
(online@dgabc.com.br)